

Os últimos desenvolvimentos em matéria de emprego temporário: crescimento do emprego, salários e transições

Resumo executivo

Introdução

Este relatório apresenta uma visão global do emprego temporário na UE-27 (Croácia não está incluída). Faz um levantamento da recente evolução do emprego temporário, antes e depois da crise económica, utilizando dados do Inquérito às Forças de Trabalho da UE relativo a 2001-2012. O relatório calcula a diferença salarial entre trabalhadores temporários e efetivos, utilizando dados das vagas do Inquérito sobre a Estrutura dos Ganhos (IEG) de 2010 e 2006 e faz uma análise empírica inovadora da diferença salarial dentro das empresas. Analisa também as transições dos trabalhadores temporários para o emprego permanente e para a inatividade ocorridas no mercado de trabalho, com base em dados das Estatísticas da UE sobre o Rendimento e Condições de Vida relativas a 2006-2012.

Contexto político

O aumento do desemprego estrutural e a concorrência global na década de 1980 obrigaram a que os mercados de trabalho usassem de uma maior flexibilidade, o que deu origem a reformas da legislação em matéria de proteção do emprego. Por sua vez, este fenómeno deu lugar a um aumento da utilização de contratos de trabalho temporário nas décadas de 1980 e 1990 em muitos países europeus. Na última década, esta tendência manteve-se em vários países, os quais introduziram reformas na legislação em matéria de proteção do emprego a fim de facilitar o recurso a contratos de trabalho temporário. Algumas dessas reformas suscitaram preocupações sobre a segmentação do mercado de trabalho nos mercados de trabalho europeus, na medida em que muitos países adotaram reformas a duas velocidades no domínio da legislação em matéria de proteção do emprego, facilitando o recurso a contratos de trabalho temporário mas deixando a regulamentação do emprego permanente praticamente inalterada.

Principais conclusões

- O emprego temporário cresceu 25 % na UE-27 entre 2001 e 2012, em comparação com 7 % no emprego permanente. Representou quase 4,5 milhões de aumento líquido de 14,5 milhões no número de empregados e elevou a taxa de emprego temporário de 11,2 % para 12,8 %. A Polónia, a Alemanha, a

Itália, a França e os Países Baixos foram responsáveis por grande parte do aumento absoluto dos níveis de emprego temporário na UE-27, embora estes tenham registado uma descida num terço dos Estados-Membros, sobretudo em Espanha.

- Na UE, os níveis de emprego temporário e permanente desceram a um ritmo semelhante entre 2008 e 2012, mas o número de contratos de trabalho temporário aumentou e o número de contratos de trabalho permanente diminuiu em muitos países europeus durante este período.
- Num contexto de fracas perspetivas económicas, os empregadores na UE-27 estão a recrutar uma percentagem muito mais elevada de novos trabalhadores com contratos temporários (até 50 % entre 2010 e 2012, em comparação com 40 % em 2002). Em 2012, esta percentagem foi de cerca de 80 % em Espanha e na Polónia.
- A probabilidade de obter um contrato temporário é maior para os trabalhadores com menores habilitações literárias, os não nacionais, os trabalhadores a tempo parcial e os trabalhadores do setor agrícola e de alguns setores de serviços. Essa probabilidade é muito maior entre os trabalhadores mais jovens, embora a idade, ainda que seja um fator importante na previsão da incidência do emprego temporário, pareça menos relevante como fator determinante nos países da Europa Central e Oriental do que em quaisquer outros. A experiência de desemprego aumenta a probabilidade de vir a ter, posteriormente, um contrato de trabalho temporário, uma situação reforçada pela crise económica.
- Os trabalhadores temporários nos 19 Estados-Membros com cobertura completa do IEG auferem, em média, salários que são 19 % inferiores aos dos trabalhadores efetivos. Os trabalhadores temporários estão na base de uma diferença salarial negativa em todos estes países, à exceção da Estónia; a diferença é superior a 30 % no Luxemburgo, Polónia, Países Baixos, Portugal e Hungria. Esta diferença salarial é mais acentuada em países com taxas

de emprego temporário mais elevadas, abrindo caminho à segmentação do mercado de trabalho. A diferença salarial negativa suportada pelos trabalhadores temporários varia com o nível dos salários. É mais elevada na parte inferior da escala salarial, mas diminui à medida que os salários aumentam, chegando mesmo a ser positiva entre os trabalhadores com remuneração muito elevada.

- Quando se consideram outros fatores que determinam a remuneração (como por exemplo as habilitações literárias e o setor económico), a média europeia para a diferença salarial ajustada que desfavorece os trabalhadores temporários desce para 6%. Esta diferença salarial ajustada verifica-se em todos os países, exceto nos três Estados bálticos e na Roménia, onde a diferença é positiva. A diferença existe, na maioria dos países, mesmo entre os trabalhadores com contratos de trabalho de curta duração, indicando que os salários mais baixos dos trabalhadores temporários não se devem apenas à menor duração do seu contrato de trabalho.
- Existe também uma diferença salarial negativa não ajustada relacionada com o estatuto de temporário na empresa média em todos os países exceto na Lituânia. Não obstante, esta diferença, que se situa nos 14%, é menor do que a diferença salarial global não ajustada de 19% acima referida. A diferença salarial dentro das empresas é menos acentuada na maioria dos países (especialmente em França, Grécia, Polónia, Espanha e Lituânia). Quer isto dizer que os salários mais baixos dos trabalhadores temporários ficam a dever-se a diferenciais de remuneração tanto dentro como entre empresas, o que corrobora a teoria do mercado dual segundo a qual existe maior probabilidade de os trabalhadores temporários trabalharem em empresas que pagam salários relativamente mais baixos.
- A análise realizada ao nível da empresa sugere que a diferença salarial dentro das empresas é mais reduzida no caso das empresas públicas ou com elevadas quotas de mulheres, e é mais acentuada nas empresas com elevada percentagem de trabalhadores temporários se verifica uma diferença mais acentuada, o que reflete provavelmente a segmentação do mercado de trabalho interno ao nível da empresa.
- As taxas de transição de emprego são mais elevadas entre trabalhadores temporários do que entre trabalhadores efetivos em todos os países. Esta diferença acentuou-se consideravelmente desde o início da crise. As taxas de transição de contratos de trabalho temporário para contratos

de trabalho permanente em toda a UE desceram de 28% entre 2005 e 2006 para 20% entre 2011 e 2012. A taxa no último período foi inferior a 20% em França, Países Baixos, Espanha, Grécia, Itália e Polónia, todos eles países caracterizados por taxas relativamente elevadas de emprego temporário, apontando novamente para a segmentação do mercado de trabalho.

Conclusões

A importância relativa do emprego temporário continuou a crescer na UE-27 entre 2001 e 2012. Esta tendência não era universal nos Estados-Membros, mas tornou-se mais homogénea desde o início da crise, sendo que, nos últimos anos, os empregadores recorrem cada vez mais a contratos de trabalho temporário para recrutar novos trabalhadores.

Regra geral, os trabalhadores temporários ganham menos do que os seus homólogos com contrato de trabalho permanente. Regista-se, na maioria dos países, a emergência de uma diferença negativa desfavorável aos trabalhadores temporários, mesmo quando se tem em conta outros fatores ou quando se limita a amostra a trabalhadores com contratos de curta duração.

Várias constatações apontam para a existência de segmentação do mercado de trabalho numa série de mercados de trabalho europeus. A diferença salarial tende a ser mais acentuada em países com taxas de emprego temporário mais elevadas. Os trabalhadores temporários também ganham menos do que os seus homólogos efetivos na mesma empresa, embora a dimensão da diferença seja menor, o que indica que parte da diferença salarial total fica a dever-se a diferenciais de remuneração entre empresas. Esta constatação apoia a previsão da teoria sobre o mercado dual, a saber, existe maior probabilidade de os trabalhadores temporários trabalharem em empresas que pagam salários mais baixos, e explica por que razão a diferença salarial total tende a ser mais acentuada nos países que registam elevadas taxas de emprego temporário.

O facto de a transição de contratos de trabalho temporário para contratos de trabalho permanente ser menos frequente nos países com uma taxa de emprego temporário mais elevada também aponta para a segmentação do mercado de trabalho. O estudo levanta preocupações sobre as perspetivas de carreira dos trabalhadores temporários, especialmente no contexto da atual situação do mercado de trabalho. As transições de emprego são cada vez mais comuns, ao passo que, nos últimos anos, as transições para emprego permanente estão a tornar-se cada vez mais difíceis, o que permite questionar até que ponto os contratos temporários facilitam a progressão na carreira.

Informações adicionais

O relatório *Recent developments in temporary employment* (Os últimos desenvolvimentos em matéria de emprego temporário): *Employment growth, wages and transitions* (Crescimento do emprego, salários e transições) está disponível em <http://www.eurofound.europa.eu/publications>.

Para mais informações, contactar Carlos Vacas-Soriano, investigador, em cva@eurofound.europa.eu.